

Pequena Central
Hidroelétrica
Rio do Braço S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		42	47	Fornecedores	10	7.411	1.699
Títulos e Valores Mobiliários	6	6.017	3.403	Financiamentos	11	4.104	4.085
Concessionárias e permissionárias	7	4.217	1.286	Dividendos a pagar	14.d	1.229	1.098
Despesas antecipadas		26	24	Compensação ambiental	12	100	100
Imposto de renda retido na fonte		53	66	Impostos e contribuições a recolher		127	84
Outros ativos		39	33	Imposto de renda e contribuição social		279	178
		<u>10.394</u>	<u>4.859</u>	Outros passivos		128	123
						<u>13.378</u>	<u>7.367</u>
Não circulante				Não circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.529	1.532	Financiamentos	11	20.398	24.197
Imobilizado	8	65.351	67.724				
		<u>66.880</u>	<u>69.256</u>	Patrimônio líquido	14		
				Capital social		35.432	35.432
				Reserva legal		1.093	835
				Reserva de retenção de lucros		6.973	6.284
						<u>43.498</u>	<u>42.551</u>
Total do ativo		<u>77.274</u>	<u>74.115</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>77.274</u>	<u>74.115</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas líquidas	15	22.813	14.104
Custo sobre serviços prestados	16	<u>(14.540)</u>	<u>(6.400)</u>
Lucro bruto		<u>8.273</u>	<u>7.704</u>
Despesas Operacionais		<u>(624)</u>	<u>(360)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>7.649</u>	<u>7.344</u>
Resultado financeiro	17	(1.699)	(2.019)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>5.950</u>	<u>5.325</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	<u>(774)</u>	<u>(703)</u>
Lucro Líquido do exercício		<u><u>5.176</u></u>	<u><u>4.622</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	5.176	4.622
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>5.176</u>	<u>4.622</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	35.432	604	5.109	-	41.145
Pagamento dos dividendos	-	-	(2.118)	-	(2.118)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.622	4.622
Distribuição do Resultado do Exercício	-	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	231	3.293	(3.524)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.098)	(1.098)
Em 31 de dezembro de 2016	35.432	835	6.284	-	42.551
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.176	5.176
Retenção de Lucros	-	258	3.689	(3.947)	-
Reservas de retenção pagas	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(1.229)	(1.229)
Em 31 de dezembro de 2017	35.432	1.093	6.973	-	43.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	5.176	4.622
Ajuste		
Depreciação	2.619	2.620
Juros sobre financiamentos	2.244	2.549
Rendimento aplicação financeira	(579)	(642)
	<u>9.460</u>	<u>9.149</u>
Variações nos ativos e passivos		
Concessionárias e permissionárias	(2.931)	743
Despesas antecipadas	(2)	1
Imposto de renda retido na fonte	13	(58)
Outros ativos	(6)	(1)
Fornecedores	5.712	415
Impostos e contribuições a recolher	663	647
Outros passivos	6	79
Caixa Proveniente das atividades operacionais		
Juros pagos	(1.954)	(2.205)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(520)	(615)
	<u>10.441</u>	<u>8.155</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(245)	(150)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(16.826)	(9.820)
Resgate em títulos e valores mobiliários	14.793	8.627
	<u>(2.278)</u>	<u>(1.343)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Pagamento de dividendos	(4.098)	(2.824)
Amortização de financiamentos	(4.070)	(3.976)
	<u>(8.168)</u>	<u>(6.800)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(5)	12
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>47</u>	<u>35</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>42</u>	<u>47</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Sociedade" ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Sociedade tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através do despacho nº 292, de 1 de fevereiro de 2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço.

A Sociedade foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.

Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda. a Sociedade formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025.

Foi assinado, em julho de 2010, contrato de financiamento mediante abertura de crédito entre a Sociedade e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na modalidade *Project Finance*, sendo este um passo importante para estruturação financeira do projeto.

A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 01 de março de 2017.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários..

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 *Classificação e mensuração*

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, sendo que a Sociedade possui somente ativos classificados nas duas primeiras categorias. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

2.4.3 *Financiamentos e recebíveis*

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber (concessionárias e permissionárias) e caixa e equivalentes de caixa. Os financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 *Valor justo*

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina hidroelétrica. A depreciação do imobilizado está limitada ao prazo de autorização.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8 Financiamentos

Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de geração de energia e de receita disponibilizada até a data do balanço, contabilizado pelo regime de competência. A receita é reconhecida com base nos valores estabelecidos no contrato com a Light Esco Prestação de Serviços Ltda..

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Sociedade. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

- **CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma às demonstrações financeiras.

- **CPC 48 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes** - introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma às demonstrações financeiras.

- **CPC 48 / IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)** - substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma às demonstrações financeiras.

Outras alterações:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstância.

a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade avaliou e não identificou nenhum indicativo de impairment.

4 **Reclassificação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos para a adequação do fluxo de caixa ao CPC 03.18, que parte do lucro líquido do exercício, e não do lucro antes do imposto. Com esse ajuste, afetou diretamente a linha de imposto de renda e contribuição social. Os valores referentes as movimentações dos Títulos e Valores Mobiliários foram reclassificados de atividade operacional para atividade de investimento, para fins de melhor apresentação.

	Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Lucro antes dos Impostos	5.325	(5.325)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	4.622	4.622
Atividades operacionais	6.962	1.194	8.156
Atividades de investimento	(150)	(1.194)	(1.344)
Atividades de financiamento	(6.800)	-	-

5 **Gestão de risco financeiro**

5.1 **Fatores de risco financeiro**

a. Risco de crédito

Salvo pelos depósitos e cauções vinculados e concessionária e permissionárias, a Sociedade não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

<u>Vencimentos</u>	<u>BNDES</u>
2019	4.024
2020	4.024
2021	4.024
2022	4.024
2023	4.024
2024 em diante	278
	<u>20.398</u>

Passivo de Curto e Longo Prazo, considerando a taxa anual de juros de 2,05% para a tranche A e C e 4,50% para tranche B.

c. Risco de taxa de juros

A Sociedade está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação da TJLP.

d. Valorização dos instrumentos financeiros

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixas, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2017, estão descritos a seguir:

- (i) *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores*
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
- (ii) *Financiamentos e debêntures*
Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos e debêntures são muito próximos dos valores contabilizados.
- (iii) *Instrumentos financeiros derivativos*
A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras sociedades do setor, a Sociedade monitora o capital com base no nível de endividamento da Sociedade, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim sumariados:

	31/12/2017	31/12/2016
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>33.776</u>	<u>31.564</u>
Total do patrimônio líquido	<u>43.498</u>	<u>42.550</u>
Índice de alavancagem financeira	0,78	0,74

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2017			
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equivalentes de caixa	42	-	42
Concessionárias e permissionárias	4.217	-	4.217
Títulos e valores mobiliários	-	7.546	7.546
	<u>4.259</u>	<u>7.546</u>	<u>11.805</u>
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Financiamentos		24.502	24.502
Fornecedores		7.411	7.411
		<u>31.913</u>	<u>31.913</u>
		31/12/2016	
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	47	-	47
Equivalentes de caixa	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	1.286	-	1.286
Títulos e valores mobiliários	-	4935	4.935
	<u>1.333</u>	<u>4.935</u>	<u>6.268</u>
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Financiamentos		28.282	28.282
Fornecedores		1.699	1.699
		<u>29.981</u>	<u>29.981</u>

5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

5.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Sociedade, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2016.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %			7,45%	9,93%	12,41%
	Aplicações Financeiras	7.546	562	749	937
TJLP			5,25%	7,00%	8,75%
	Empréstimos	24.502	1.286	1.715	2.144

6 Títulos e Valores Mobiliários

Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários (a)	<u>6.017</u>	<u>3.403</u>
	<u>6.017</u>	<u>3.403</u>
Não circulante	31/12/2017	31/12/2016
Fundos vinculados (b)	<u>1.529</u>	<u>1.532</u>
	<u>1.529</u>	<u>1.532</u>
	<u>7.546</u>	<u>4.935</u>

- (a) Refere-se a aplicação financeira mantidas com bancos de primeira linha, indexado pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o BNDES, com a finalidade de garantia real. O saldo mínimo deve ser equivalente a três meses do serviço da dívida somado de três meses dos custos do contrato de operação e manutenção.

7 Concessionárias e Permissionárias

Refere-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A;

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Suprimento - LightCom Comercializadora de Energia S/A	1.345	1.286
Energia de Curto Prazo - Camara de Comercialização de Energia Elétrica	2.873	-
	<u>4.217</u>	<u>1.286</u>

8 Imobilizado

<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensilios	Veículos	Outros	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.530	42.207	16.933	19.420	40	-	735	82.865
Adições	-	-	-	-	-	-	150	150
Saldo em 31 de dezembro 2016	3.530	42.207	16.933	19.420	40	-	885	83.015
Adições	-	-	-	-	1	-	245	245
Saldo em 31 de dezembro 2017	3.530	42.207	16.933	19.420	41	-	1.130	83.260
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro 2015	-	6.799	2.732	3.130	10	-	-	12.671
Depreciação	-	1.407	564	647	1	-	-	2.620
Saldo em 31 de dezembro 2016	-	8.206	3.296	3.777	11	-	-	15.291
Depreciação	-	1.407	564	647	1	-	-	2.619
Saldo em 31 de dezembro 2017	-	9.613	3.860	4.424	12	-	-	17.909
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2016	3.530	34.001	13.637	15.643	29	-	885	67.724
Em 31 de dezembro de 2017	3.530	32.594	13.073	14.996	29	-	1.130	65.351

A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6 de janeiro de 2009, que autoriza a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996.

Essa Resolução menciona, em seu artigo 10, a previsão de que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação as indenizações a que referem-se as resoluções autorizativas, consideram no seu artigo 20 § 1º:

Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

§ 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Face ao exposto acima, a Sociedade, em 2013, ajustou sua estimativa do valor de depreciação dos bens do ativo imobilizado limitando ao seu prazo da autorização (anteriormente realizada pelas taxas da ANEEL publicadas na Instrução Normativa 496/2012).

9 Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade vem adotando o regime de tributação lucro presumido desde o exercício de 2011.

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<u>Receita de geração</u>	19.350	19.350	16.506	16.506
	19.350	19.350	16.506	16.506
Percentual de Presunção do imposto de renda (8%) e da contribuição social -(12 %)	8%	12%	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.548	2.322	1.320	1.981
Rendimento de Aplicação Financeira	593	593	644	644
Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social	2.141	2.915	1.965	2.625
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	512	262	467	236

10 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para liquidação de energia de CP	7.242	1.469
Outros	169	230
	7.411	1.699

11 Financiamentos

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	2017	2016
Tranche A	TJLP 6% + 2,05%	20.451	22.872
Tranche B	TJLP 4,5%	3.275	4.543
Tranche C	TJLP 6% + 2,05%	776	867
Financiamento BNDES - principal e juros		24.502	28.282
Passivo circulante		4.104	4.085
Não-circulante		20.398	24.197

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	BNDES
2019	4.024
2020	4.024
2021	4.024
2022 em diante	8.326
	20.398

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Empréstimo	Saldo 2015	Aquisição		Amortização		Saldo 12 2016
		Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES	31.914	-	2.549	3.976	2.205	28.282
Total:	31.914	-	2.549	3.976	2.205	28.282

Empréstimo	Saldo 2016	Aquisição		Amortização		Saldo 12 2017
		Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES	28.282	-	2.243	4.070	1.954	24.502
Total:	28.282	-	2.243	4.070	1.954	24.502

a. Garantias concedidas

- Penhor de direitos emergentes da Concessão.
- Penhor de Ações.
- Penhor de Direitos Creditórios.

b. Covenants financeiros

Devido a esse financiamento, a Sociedade fica obrigada a cumprir os seguintes índices:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20
- O índice de capitalização própria de no mínimo 25% do investimento total do projeto

Todas as cláusulas restritivas requeridas pelo BNDES estão sendo atendidas.

12 Compensação ambiental

	31/12/2017	31/12/2016
Medidas compensatórias	100	100

Por se tratar de sociedade que possui licenciamento ambiental para realização do empreendimento, a Sociedade contribui para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conforme estabelecido no termo nº 36/2006. Desta forma, a Sociedade procedeu à provisão do valor mencionado no termo/contrato e parte foi realizada nos exercícios anteriores.

13 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

A Sociedade não possui contingências com risco de perda provável, de acordo com seus advogados externos.

- (a) A sociedade é parte de um Inquérito Civil Público, em andamento no Ministério Público Federal - Núcleo de Volta Redonda/RJ, onde foi apresentada em 2002, uma representação pela Associação dos Moradores do Vale do Rio do Braço / Santana alegando que a construção da PCH Rio do Braço causaria diversos danos ao meio ambiente.

A Sociedade obteve junto ao IBAMA, todas as licenças ambientais necessárias a implantação do empreendimento e esclarece que cumpriu e vem cumprindo com todas as suas obrigações perante este órgão.

Os consultores jurídicos da empresa entendem a perda dessa demanda como possível e sem valor de causa, portanto em 31 de dezembro de 2017, não foram registrados quaisquer valores de provisão nas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa ação.

- (b) A Sociedade é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço são de propriedade da União, e que portanto é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas.

A Sociedade entende que a aplicação desse conceito só é válido para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema.

Os consultores jurídicos da empresa entendem a perda dessa demanda como possível e sem valor de causa, portanto em 31 de dezembro de 2017, não foram registrados quaisquer valores de provisão nas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa ação.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 35.432, representado por 17.096.592 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

O capital foi integralizado em sua totalidade pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIPBE).

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim de cumprir as determinações dos *covenants* do financiamento junto ao BNDES e atender às limitações do orçamento de caixa da Sociedade a ser aprovada em conselho da administração.

Por meio da 40ª RCA de 12 de dezembro de 2017, foi aprovado o pagamento da reserva de retenção de lucros do exercício social de 2016. Os mesmos foram pagos ao Fundo de Investimento em Participações Brasil em 22 de dezembro de 2017, no montante R\$ 3.000.

d. Dividendos propostos

Os dividendos propostos referentes aos dividendos mínimos calculados sobre o lucro líquido do exercício de 2016, no montante de R\$ 1.098, foram pagos ao Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia em 28 de julho de 2017.

Já no exercício de 2017, foram constituídos dividendos mínimos de R\$ 1.229.

15 Receita líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecimento de energia	15.662	14.858
Outras receitas (a)	7.917	(99)
Imposto sobre serviços	<u>(766)</u>	<u>(655)</u>
	<u>22.813</u>	<u>14.104</u>

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da sociedade, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

16 Custo sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	551	569
Material	98	207
Serviços de terceiros	1.609	1.799
Depreciação	2.620	2.620
Aluguéis	56	42
Seguros	114	115
Impostos e taxas	23	16
Compra de energia elétrica	9.469	1.025
Outros	<u>-</u>	<u>6</u>
	<u>14.540</u>	<u>6.400</u>

17 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Juros BNDES	(2.183)	(2.549)
Tarifas bancárias	(98)	(91)
Outras	(11)	(23)
	(2.292)	(2.663)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	593	644
	593	644
	(1.699)	(2.019)

18 Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 56 milhões para danos materiais, R\$ 10 milhões para responsabilidade civil e R\$ 100 mil para o seguro dos veículos.

Risco	Vigência	Importância segurada
Seguro de veículo	21/11/2017 a 21/11/2018	100
Risco de Engenharia	14/03/2017 a 14/03/2018	56.300
Responsabilidade Civil	14/03/2017 a 14/03/2018	10.000

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0